

REVISTA
PORTUGUESA
de HISTÓRIA
tomo XXVII



COIMBRA 1992
FACULDADE de LETRAS
da UNIVERSIDADE de COIMBRA
INSTITUTO de HISTÓRIA ECONÓMICA e SOCIAL

A CRISE ECONÓMICA E SOCIAL DOS FINAIS DO SÉCULO XIX *

Os últimos vinte anos de vida da Monarquia Constitucional correspondem a um período ao longo do qual se vão acumulando tensões de natureza política, social e económica.

Correlativamente, vai-se estruturando todo um discurso teórico acerca da *crise* que ia minando pouco a pouco o corpo e o espírito da Nação. O vocábulo *crise* começa a surgir insistentemente na imprensa e nos debates parlamentares, no rescaldo do conflito diplomático com a Grã-Bretanha, o qual atingiu o seu ponto mais elevado com a declaração do Ultimatum (11 de Janeiro de 1890). Com o início do descalabro financeiro, a palavra e os conceitos que lhe estavam subjacentes passam a ser utilizados com maior frequência. Cito apenas três obras, escritas durante a década de 90, que fazem apelo directo à ideia de *crise* nos respectivos títulos: *A Crise*, do positivista Teixeira Bastos (1894); *A Crise em seus aspectos moraes*, de Silva Cordeiro (1896); e *económica. Alguns meios de a attenuar*, de José Bento Gomes (1899).

* Este texto corresponde, nas suas linhas gerais, ao de uma comunicação apresentada ao Curso de Verão de História *Contemporanea, Da Monarquia à República*, realizado em Coimbra em Setembro de 1991.

Crise que todos os autores consultados consideram profunda e indisfarçável, acerca da qual estabelecem uma historia clínica e um diagnóstico relativamente semelhantes, mas cuja terapêutica varia de forma considerável, consoante o posicionamento político e ideológico de cada um.

É sobre essa crise, global e multiforme, que me deterei, não lhe conferindo, portanto, o significado específico e restritivo que o termo tem em Economia e em História Económica.

Neste contexto, a *crise* é uma entidade semi-estrutural, de duração relativamente longa: não fala José Bento Gomes dos "oito annos que dura a crise"? Não refere Basilio Teles, em *Carestia da vida nos campos*, escrita em 1901-1902, a "longa crise" que o país atravessa desde há 11 anos (*)? Em ambos os casos, há a tendência para fazer retroceder o início da *crise* a 1891, data da crise financeira propriamente dita, embora se recue no tempo, em busca da causalidade que a envolve.

Partindo de uma visão próxima dos padrões decadentistas finisseculares, Teixeira Bastos afirma: "Quanto mais avançamos para o século XX, tanto mais carregado e mais tremendo se nos apresenta este fim de século" (2). Contudo, segundo ele, o temporal que se aproxima, se semeia o susto, a inquietação e o terror, também suscita a esperança.

Teixeira Bastos é dos poucos que tentam integrar a crise da sociedade portuguesa de então numa teoria explicativa geral, válida para todo o universo desenvolvido e "civilizado" do século XIX (3). Parte do pressuposto da existência de crises seculares,

(1) *Carestia da vida nos campos. Cartas a um lavrador*, Porto, Livraria Chardron, 1904, p. 144.

(2) *A crise. Estudo sobre a situação política, financeira, económica e moral da nação portuguesa nas suas relações com a crise geral contemporanea*, Porto, Casa Editora M. Lugan, Successor, 1894, p. VII.

(3) *Idem, ibidem*, p. XVIII.

marcadas por grandes acontecimentos políticos ou sociais, desencadeados por revoluções intelectuais, isto é, pela expansão de ideias potencialmente emancipadoras (4). A *crise* da sua época não era, portanto, algo de passageiro, mas uma das crises mais gerais e mais profundas que têm caracterizado os finais dos séculos nos tempos modernos. Mais do que isso, afirma que a crise afecta todos os países, pondo em risco os fundamentos do regime contemporâneo.

A condenação pesa essencialmente sobre as sociedades capitalistas, que estão à beira de sossobrar perante os vícios que eles próprias alimentaram: o excesso de individualismo e o rápido progresso científico e tecnológico provocaram a implantação de uma espécie de feudalismo financeiro, mas ao mesmo tempo tomaram vulneráveis as fortunas das pessoas e das instituições, pondo em causa a sobrevivência indefinida do sistema económico (5).

Por outro lado, a dissolução do regime capitalista devia-se à corrupção que grassava na sociedade de cima para baixo (ou do centro para a periferia). Esta ideia aparece também expressa em outros autores, nomeadamente em Augusto Fuschini, dissidente do Partido Regenerador e promotor da Liga Liberal. Pensava este que tinham sido os governos e os representantes das camadas sociais dominantes que haviam semeado a imoralidade entre as classes populares (6).

Ora, a corrupção apresentava-se com mil rostos: colapsos financeiros (bastaria recordar os recentes e graves acontecimentos ocorridos nas grandes praças financeiras europeias, como Londres, Viena, Berlim, Roma, resultados evidentes da febre especu-

(4) *Idem, ibidem*, pp. VIII-IX.

(5) *Idem, ibidem*, pp. XII-XIII.

(6) *O presente e o futuro de Portugal*, Lisboa, Companhia Typographica, 1899, p. 142.

lativa), escândalos de toda a ordem, fraudes e roubos de todos os calibres (7). Este complicado processo especulativo tivera, entre outras, importantíssimas consequências no plano social: contribuíra para o agravamento das condições de trabalho, esfaimara o operariado, destruíra quase literalmente a classe média (8).

Destes pressupostos tira a convicção de que se aproxima uma época de profunda renovação da sociedade. Se é certo que as ruínas acumuladas são o sinal visível da decadência, também é verdade que há sintomas de estar em gestação uma sociedade nova, uma civilização mais avançada (9). Está próximo o momento histórico crucial em que se dará a emancipação do Quarto Estado (o operariado) e a sua plena ascensão a uma vida política activa.

A crise era, pois, múltíplice e complexa. Tratava-se simultaneamente de uma crise económica (com as suas vertentes agrícola, comercial e industrial), financeira, monetária, laboral, política e moral.

Esta era a teoria geral. Mas, como compreender a situação crítica vivida por Portugal por volta de 1890? Teixeira Bastos explica: a *crise* portuguesa aparece como o resultado final da sobreposição de duas crises. Uma era geral e extensa (e externa), de natureza económico-social, comum a todos os povos civilizados da Europa; a outra era particular e intensa, de cunho marcadamente nacional - a crise político-financeira (10).

Na sua tentativa de discriminação das causas e dos efeitos da crise, Fuschini aponta a existência de duas crises só parcialmente autonomizáveis: uma, que afecta a economia e as finanças do país; a outra, que se traduz na desconfiança pública face aos governantes e no afrouxamento das crenças políticas dos cidadãos ("• De qualquer forma, tan to a "desgraçada situação moral", como a económica

(7) Teixeira Bastos, *ob. cit.*, pp. XXV-XXVI.

(8) *Idem, ibidem*, pp. 358-359.

(9) *Idem, ibidem*, pp. XXX-XXXI.

(10) *Idem, ibidem*, p. 110.

(11) A. Fuschini, *ob. cit.*, p. 117.

e financeira derivam de uma mesma fonte, isto é, os quarenta anos de erros e de inépcias da administração pública, correspondentes à Regeneração (12).

É igualmente Teixeira Bastos quem mais avança no sentido da teorização das causas da *crise*. Coerente com a sua doutrina, entende que o circunstancialismo que envolveu a *crise* portuguesa pouco ou nada difere do que tem afectado os povos "civilizados" da Europa e da América. Opta, contudo, por uma explicação tendencialmente monocausal, uma vez que admite que todas as causas se podem resumir a uma única - o excesso de consumo (o país vinha consumindo em demasia e de forma improdutivo) (13). Inverte assim a teoria aceite por alguns economistas do seu tempo, segundo a qual as crises eram provocadas pelo excesso de produção.

O excesso de consumo processava-se de diversas formas. Em primeiro lugar, através da política dos melhoramentos públicos (construção de estradas, linhas férreas, portos artificiais, linhas telegráficas, etc.), que os governos fomentavam sob a pressão do progresso tecnológico (nomeadamente depois da descoberta do vapor e da sua aplicação a toda uma série de inovações mecânicas). Esta "insensata" febre de melhoramentos materiais acabaria por se revelar um enorme sorvedouro de riquezas públicas e privadas (14).

Por outro lado, multiplicaram-se as despesas militares, como resultado das rivalidades internacionais e como forma de prevenir eventuais revoluções internas. O reforço do militarismo acarretou o desenvolvimento de uma indústria de material de guerra perfeitamente supérflua (15).

Em terceiro lugar, incentivou-se a hipertrofia do aparelho burocrático até níveis absurdos, para além do triplo ou do quádruplo do

(12) *Idem, ibidem*, p. 58.

(13) Teixeira Bastos, *oh. cit.*, p. XVIII.

(14) *Idem, ibidem*, pp. XVIII-XIX.

(15) *Idem, ibidem*, p. XIX.

que seria razoável. O funcionalismo é, no seu entender, "uma chaga cancerosa, que reclama enérgicos medicamentos para ser cicatrizada" (16). Também José Bento Gomes pensa que a administração pública funcionaria bem com um décimo dos funcionários que possuía, desde que eles fossem bem pagos (17).

Finalmente, o consumo excessivo insinua-se de uma outra forma: através dos défices comerciais. Com efeito, as nações produzem menos do que aquilo que consomem. Só alguns estados mais afastados do centro do sistema capitalista apresentam saldos positivos das suas balanças comerciais (caso da Rússia, da Turquia e das Índias Inglesas). Em situação idêntica estavam também as nações "bem administradas", de que os Estados Unidos forneciam o exemplo mais significativo (18).

Com a finalidade de darem resposta a todo este consumo de mercadorias e de capitais, os poderes públicos viram-se obrigados a recorrer ao crédito. O conseqüente aumento dos encargos com a manutenção da dívida pública acabou por induzir um progressivo acréscimo da carga fiscal.

Embora recorram a explicações que fazem apelo a supostos caracteres colectivos de natureza atávica e a taras geradas no decurso da história pátria, todos os autores que escrevem entre 1890 e 1900 acabam por fazer radicar a origem de todos os males no período que decorre desde o início da Regeneração (1851).

É durante a pseudo-revolução, acobertada sob as designações de "fomento", "industrialismo" e "progressos materiais", diz Silva Cordeiro, que se forja o aumento interminável da dívida pública, se explora ilimitadamente a classe laboriosa, se vive num clima de

(16) *Idem, ibidem*, p. 270.

(17) José Bento Gomes, *Crise económica. Alguns meios de a atenuar*, Lisboa, Minerva Peninsular, 1899, p. 47.

(18) Teixeira Bastos, *ob. cit.*, pp. XXI-XXIII.

luxo desenfreado e de sede febril de prazeres materiais, se avoluma o desprestígio dos governantes (incapazes e corruptos) e se cava o descrédito de Portugal perante os olhos dos estrangeiros (19).

Ora, continua Silva Cordeiro, quando o progresso material cresce de forma mais rápida e desproporcionada em relação aos "interesses morais", só existem duas formas de atenuar esse desequilíbrio: a posse, por parte das nações, de fontes de riqueza próprias (nomeadamente uma estrutura industrial sólida e um subsolo rico em matérias-primas) e a larga difusão da instrução cívica e prática. Portugal não era detentor de qualquer desses antídotos, capazes de contrabalançarem a acção dos novos e poderosos "instrumentos de civilização" postos em campo pela política de fomento desde a década de 50 (20).

Por isso, as decisões governamentais durante a Regeneração tiveram amplas consequências, produzindo uma tripla distorção: do ponto de vista financeiro, a construção de caminhos de ferro com capital estrangeiro, obtido a crédito, provocou uma elevação do juro e uma carestia do dinheiro, privando assim a indústria das necessárias fontes de investimento; do ponto de vista moral, originou uma incontrolável vaga de corrupção, premiou a falta de escrúpulos e incentivou o recurso a toda a espécie de expedientes; do ponto de vista político, impôs a anarquia e a lassidão do poder (21). Adiante desenvolverei cada um destes pontos.

Foi provavelmente Oliveira Martins quem, durante a sua curta passagem pelo ministério da Fazenda, entre Janeiro e Maio de 1892, num dos governos extra-partidários chefiados por José Dias Ferreira, pela primeira vez pôs a nu uma realidade que sucessivos governos vinham encobrendo. Abriu as "arcas encouradas" do Tesouro Público "e mostrou que estavam vazias", como testemunhou Teixeira Bastos.

(19) J. A. da Silva Cordeiro, *A crise em seus aspectos moraes*, Coimbra, F. França Amado - Editor, 1896, p. 47.

(20) *Idem, ibidem*, pp. 38-39.

(21) *Idem, ibidem*, pp. 41-42.

Num discurso pronunciado na Câmara dos Deputados, nos inícios de 1892, o autor do *Portugal Contemporâneo* afirmava sem rodeios, fazendo uso da sua veia economicista:

"Para mim a crise, sob a qual nós vergamos, tem de ser encarada sob três aspectos. O primeiro é o desequilíbrio orçamental; o segundo é a circulação fiduciária; e o terceiro é o desequilíbrio capitalista ou económico, como se quiser chamar, quero dizer, a diferença entre o ingresso e as saídas, quer de mercadorias, quer de capitais. [...] Desde longos anos, nós vivemos uma vida completamente artificial, abandonando as fontes de riqueza natural do país. Nós chegámos a este estado, verdadeiramente anormal, de consumir exclusivamente produtos estrangeiros e de trabalhar exclusivamente com capitais estrangeiros [...]. Vivemos exagerando a soma da dívida pública até às proporções verdadeiramente esmagadoras em que hoje se encontra" (22).

Oliveira Martins não nomeia aqui os responsáveis por este estado de coisas tão lamentável. Já Teixeira Bastos não se coíbe de culpabilizar os governos que, ao longo de quatro décadas, recorreram sistematicamente ao crédito, pondo em risco a independência da Nação, com os seus "esbanjamentos, prodigalidades e desvarios". Também Fuschini, condenando o uso e abuso do recurso aos empréstimos, quer para financiar a "febre" de melhoramentos públicos, quer para sustentar despesas improdutivas, critica severamente uma atitude que considera como manifestação de leviandade (23).

Como é sabido, a dívida pública portuguesa cresceu em flecha durante a Regeneração. De 96 000 contos, em 1852, subiu para perto de 600 000, em meados de 1890, quando ainda não se vislumbravam sintomas de crise financeira. Como é óbvio, os encargos

(22) *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, sessão de 18 de Janeiro de 1892, p.9.

(23) A. Fuschini, *ob. cit.*, pp. 32-33 e 52.

cresceram também de forma rápida: representavam 2500 contos no início da Regeneração; aproximavam-se dos 20 000 no ano do Ultimatum. Eram encargos sem dúvida excessivos, que colocavam Portugal em segundo lugar no elenco de capitações da dívida pública, e que chegaram a absorver cerca de 45% do total das receitas do Estado. Razão tinha o deputado Eduardo de Abreu, quando opinava na Câmara, em Janeiro de 1892: "Um país que tem menos de 40 000 contos de réis de receita e que só os juros [da dívida] paga mais de 20 000 é um país moribundo". Por isso, acrescentava, Portugal era "uma das nações mais encravadas do mundo" (24).

Outra questão a ter em conta diz respeito à evolução da balança comercial. Em 1890, o comércio português decompunha-se da seguinte forma: importação para consumo - cerca de 44 000 contos; exportação nacional e nacionalizada - cerca de 21 500 contos. O défice era evidente, com a importação sobrecarregada com cereais e outros bens alimentares (em especial o bacalhau) e produtos manufacturados e a crescer acentuadamente desde 1886, enquanto a exportação prosseguia a sua marcha descendente, iniciada em 1887, uma vez estancado o envio de gado bovino para a Grã-Bretanha e depois de se desvanecer o papel supletivo que Portugal representara no fornecimento de vinhos à França. Em cinco anos, o défice sofreu uma duplicação. Tendo estes factos bem presentes, Teixeira Bastos defendia que, do ponto de vista estritamente económico, a crise deveria ser antedatada de 1888, ou deveria, pelo menos, ser dada como latente nesse mesmo ano.

O desequilíbrio comercial, afirmava Oliveira Martins, teria de ser pago em espécie, isto é, "com dinheiro recebido por empréstimos e com o dinheiro que nos rendia a emigração para o Brasil, emigração que nos dava capitais muitíssimo avultados. [...] Mas

(24) *Diário da Camara dos Senhores Deputados*, sessão de 18 de Janeiro de 1892, p. 9.

chegou um dia em que, por infortúnio nosso, coincidiram duas crises, qual delas a mais grave; uma a do nosso descrédito, e a outra a da desorganização económica e política do Brasil" (25). Oliveira Martins referia-se a acontecimentos recentes da história brasileira: a emancipação dos escravos (1888), a proclamação da República (1889), a descida do preço do café, a maré especulativa e, finalmente, o colapso financeiro (em Julho de 1891 o câmbio do Rio de Janeiro sobre Londres atingia o seu valor mais baixo desde a Guerra do Paraguai, isto é, 15 1/2). Estas razões determinaram a retenção dos capitais portugueses investidos no Brasil e a contracção violenta das remessas dos emigrantes. Sendo assim, concluía Oliveira Martins, "vimo-nos momentaneamente sem nenhum dos recursos com que podíamos mascarar o nosso estado económico".

O incessante aumento da dívida pública, o desequilíbrio da balança comercial, a perigosa simbiose cambial com o Brasil, contribuíram sem dúvida para facilitar o caminho à catástrofe financeira iniciada em Londres, em finais de 1890. Esta crise, uma das mais graves do século XIX, só resolvida por volta de 1895-1896 nos países mais desenvolvidos (Grã-Bretanha, Alemanha, Estados Unidos), propagou-se a Portugal em 1891 e abriu um longo período de recessão que não deve ter terminado antes de 1897 ou 1898.

Na origem dela está a estratégia dos investimentos britânicos. Privada em boa parte do mercado dos Estados Unidos, devido à rápida industrialização deste país, a Inglaterra desviou uma porção substancial dos seus capitais para os mercados de países como a Austrália, o Canadá e a Argentina. Neste último, tiveram lugar avultados investimentos nas actividades económicas e na construção da rede ferroviária. Dificuldades de vária ordem tornaram muitas empresas argentinas deficitárias, conduzindo o

(25) *Ibidem*, sessão de 20 de Janeiro de 1892, p. 10.

país à bancarrota. Os investidores ingleses furtaram-se a aplicar capitais nos fundos públicos daquele país. Quando a casa bancária Baring Brothers de Londres tentou lançar um empréstimo de 10 milhões de libras, destinados a subvencionar um amplo programa de obras públicas em Buenos Aires, cerca de 90% dos títulos ficaram sem comprador. Pouco depois, os Baring cessam pagamentos (Novembro de 1890) e dão origem a uma crise de confiança que levará ao *krach* bolseiro. Como aquela casa bancária era simultaneamente um dos principais credores e fornecedores de capitais do Estado português, em breve o nosso país se ressentiu desta "ligação perigosa". Voltarei ao assunto mais à frente.

Como já se disse, esta crise geral da sociedade portuguesa nos finais do século passado foi também diversas vezes perspectivada pelo ângulo político.

Teixeira Bastos, por exemplo, acusa a Regeneração de ter contribuído para a gradual depreciação da instituição monárquica. Além do mais, diz ele, a política que então se praticava em Portugal não obedecia a ideias assentes, não se orientava por princípios teóricos, não se baseava em doutrinas; era tão só a forma de cada qual se manter e se equilibrar na sela do poder.

O deputado Matoso Santos criticava desta forma a falta de coesão programática dos governos do rotativismo: "No nosso país não há governos, há ministérios, isto é, não há entre os homens que compõem os gabinetes um pensamento governativo comum, que lhes imponha normas harmónicas de administração" (26).

José Bento Gomes ia mais longe no ataque à classe política oficial, afirmando que o país era governado desde longa data por ineptos, imbecis, doutrinários, oradores e retóricos, sem o mínimo sentido prático e administrativo, que foram produzindo uma legislação "sem fito e sem ideal". E, ampliando a sua ideia, acrescentava que o génio português só tivera duas criações notáveis: a crise

(26) *Ibidem*, sessão nocturna de 1 de Julho de 1890, p. 956.

económico-financeira e o fado. Eram os homens que estavam em causa, mas especialmente o seu comportamento, que chocava este publicista, e o levava a dizer: "Não conheço nada mais pulha e bandalho do que o político português na luta contra os seus adversários" (27).

Não era menos azedo o juízo de Fuschini, quando avançava com a afirmação de que a política nacional se podia definir através de uma fórmula simples: oportunismo + absoluta ignorância. Oportunismo que se traduzia na volubilidade das ideias (as quais se modificavam e se adaptavam às circunstâncias e às oportunidades), na especialização nas artes do charlatanismo e do ilusionismo. Absoluta ignorância que se corporizava na total ausência de conhecimentos científicos e de processos práticos adaptáveis à esfera administrativa (28).

A Regeneração, entendia Fuschini, especialmente depois da morte das grandes personalidades (Fontes Pereira de Melo e Braamcamp, por exemplo), apadrinhou e promoveu políticos insignificantes e medíocres. Seguiu-se, por conseguinte, uma fase de emulação e de rivalidade entre os epígonos. A direcção efectiva dos negócios políticos reverteu em favor dos mais hábeis e astutos. Uns, aproveitaram-se directamente dos benefícios de que podiam usufruir enquanto gestores da coisa pública; outros, em vez de dominarem, sentiram-se dominados, como afirma Teixeira Bastos, viram-se coagidos a satisfazer todos os desejos, todos os caprichos, todas as ambições dos amigos. Esta política de "dedicação aos amigos" teve bons cultores, antes e depois de 1890, tanto no Partido Regenerador (Lopo Vaz e Hintze Ribeiro, por exemplo), como no Partido Progressista (Mariano de Carvalho e Emídio Navarro). Em geral, trata-se dos detentores das pastas ministeriais mais "propensas", isto é, a Fazenda e as Obras Públicas. O caso de Mariano de

(27) José Bento Gomes, *ob. cit.*, pp. 44 e 75.

(28) A. Fuschini, *ob. cit.*, pp. 136-137.

Carvalho é talvez o mais notório, envolvido como esteve num escândalo provocado pelo adiantamento de cerca de 13 000 contos, sem a necessária autorização parlamentar, a diversas empresas particulares em dificuldades.

Escândalos financeiros foram coisa frequente durante a década de 80 e princípios da década de 90: o do Sindicato de Salamanca ou *Salamanca*, caso complexo e obscuro, iniciado em 1881; o da Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portugueses; o do Banco Lusitano, que suspendeu pagamentos em Maio de 1891; o do Banco do Povo, falido em Abril de 1891, em resultado de má gestão e de desfalques; são alguns dos exemplos mais célebres numa época política que, na interpretação polémica de Teixeira Bastos, significou o predomínio da finança judaico-portuguesa.

Por outro lado, a política de melhoramentos públicos acabou por alimentar o caciquismo (cuja história começa a ser feita), e toda uma rede de influências políticas e de clientelismo, que proliferou especialmente nos campos. Utilizo, uma vez mais, as palavras de Teixeira Bastos: "O dinheiro, o vinho e o carneiro com batatas abria brecha na independência do sufrágio das ínfimas classes sociais" (29). Desvirtuava-se assim todo o sistema constitucional vigente.

Num outro plano, assistiu-se a uma progressiva confusão de poderes. Tanto antes, como depois de 1890 o poder executivo caiu frequentemente na prática de actos de ditadura, isto é, arrogou-se direitos e funções constitucionais que eram apanágio do legislativo ou extravazou os poderes que a Carta lhe estipulava. De qualquer forma, o texto constitucional foi muitas vezes considerado como letra morta, o que provava, no entendimento de Teixeira Bastos, que o liberalismo era, em Portugal e nas restantes nações do continente europeu, uma ficção. Exactamente o mesmo pensava Fuschini, entre outros.

(29) Teixeira Bastos, *ob. citp.* 3.

Se, durante a década de 80, algo se procurou avançar no sentido da descentralização (quer da administração, quer do ensino), a partir de 1890 o Estado português reforçou claramente a sua vertente centralista. Após o Ultimatum, o Executivo suprimiu ditatorialmente todas as regalias e direitos de que usufruía a Câmara de Lisboa, dissolvendo-a, pelo facto de ela ter participado com 100 contos na subscrição destinada a promover a defesa do país contra as ambições da Inglaterra. Por decreto de 26 de Setembro de 1891, o governo arrogava-se o direito de demitir a vereação da capital "por decreto motivado, sem dependência de qualquer outra formalidade". Ao mesmo tempo, determinava que as decisões camarárias necessitavam da caução da autoridade administrativa (governador civil e administradores de bairro).

Deste modo iniciava o ministro do Reino, Lopo Vaz, uma política de repressão, instaurada em favor de "abutres e devassos", no dizer de Fuschini. Na sequência, foram encerradas algumas associações eleitorais e instrutivas, como a *Associação Escolar Fernandes Tomás*, presos vários activistas republicanos, censurados jornais e violadas as liberdades de imprensa, associação e reunião.

Outro assunto que suscitou a atenção dos críticos do regime (tanto os republicanos, como a esquerda liberal) foi o da irresponsabilidade dos ministros pelos actos cometidos durante o desempenho dos seus cargos. Basta lembrar o caso de Mariano de Carvalho, contra quem Manuel de Arriaga solicitou no Parlamento demanda por crime.

Enquanto o Executivo assim procedia, o Legislativo abdicava do seu papel na feitura dos projectos de lei e das reformas orgânicas, limitando-se, quase sempre, a sancionar, de forma passiva, as leis que o Governo ditatorialmente lhe impunha e a quem prodigalizava toda a espécie de autorizações legislativas. As duas câmaras julgavam-se assim no "dever partidário" de aprovarem todos os actos passados, presentes e futuros da administração pública. Assim, o Parlamento foi sendo progressivamente desau-

torado e privado de qualquer influência directa sobre a formação ou exoneração dos executivos, que passaram a responder quase exclusivamente perante o Chefe de Estado.

A crise "moral" de que vários autores falam é quase inseparável da crise política. A Regeneração norteou a sua acção no sentido da concretização de um amplo programa de melhoramentos materiais. Por essa via, acabaria por estimular a astúcia, a corrupção e o "servilismo palaciano", por dar cobertura a grandes empresas financeiras e por patrocinar a "empregomania". Por todas as razões atrás expostas, entendia Teixeira Bastos que piores do que as crises política, financeira e económica, que oprimiam tão duramente o povo português, eram as crises moral, intelectual e social.

Esta crise moral manifesta-se de diversas formas: na dissolução dos caracteres, na corrupção das consciências, na falta de energia e de capacidade de deliberação, no desprezo por princípios e ideais (ou seja, na versatilidade absoluta das ideias), no utilitarismo interesseiro e egoísta. A questão é tanto mais grave, quanto a perversão da moral pública ameaça cada vez mais contaminar a moral privada: "os bons costumes vão-se obliterando, os caracteres perdem-se, as consciências tomam-se mercadorias", adianta Teixeira Bastos (30).

Se a imoralidade aumentava a sua esfera de acção, isso devia-se ao concurso de duas forças coadjuvantes: o "indiferentismo" da maior parte dos cidadãos e o "conservantismo". Pelo menos em relação ao primeiro, Teixeira Bastos e Fuschini estavam de acordo (31). O "indiferentismo" era o mais perigoso, uma vez que, embora actuasse de forma indirecta, servia de ponto de apoio ao poder discricionário dos governos, que dele retiravam a sua força. O "conservantismo" traduzia-se em todo e qualquer apoio directo, franco e acrítico a qualquer governo que assumisse as rédeas do Estado.

(30) *Idem, ibidem*, p. 452.

(31) Teixeira Bastos, *ob. cit.*, pp. 465-468; A. Fuschini, *ob. cit.*, p. 135.

Indagando acerca das causas desta decadência moral, Fuschini escreveu na obra *O presente e o futuro de Portugal* um capítulo que intitulou *Psicologia do povo português no fim do século XIX*. Aí concluía que tudo era o resultado de uma "péssima atmosfera social" que, durante os últimos séculos (mais concretamente desde a ocupação filipina) tinha "envenenado" o povo português, diminuindo-lhe as forças físicas, desgastando-lhe as forças morais, deprimindo-lhe a inteligência e a consciência colectiva. Tratava-se de uma espécie de "paludismo político", que não matava imediatamente, mas ia sugando a existência aos poucos ⁽³²⁾. A raça estava decadente, porque tinha sofrido o enquinamento das gerações e dos regimes políticos anteriores ao actual. Foi sucessivamente imbecilizada pelo monaquismo, pela Inquisição, pelo jesuitismo, pela concentração da autoridade pública nas mãos de sucessivas gerações de ineptos e medíocres ⁽³³⁾.

Daí a resignação levada até ao fatalismo, a inconsciência dos direitos individuais e sociais, a repugnância pelo trabalho, a desconfiança recíproca, a extinção das virtudes guerreiras de outrora, a falta de energia. O cepticismo era particularmente perigoso, pois destruía os elos da fraternidade entre os homens e provocava o isolamento moral, porta aberta para a entrada de todos os vícios ⁽³⁴⁾.

Numa linha não muito diferente, Basílio Teles, na obra *Do Ultimatum ao 31 de Janeiro*, identifica-se com os autores para quem o fatalismo, a passividade, o sentimentalismo exacerbado, o marialvismo, a imprevidência e a fraqueza das convicções são alguns dos traços que definem a debilidade constitucional do carácter português. Estes "defeitos" colectivos explicariam a crise ⁽³⁵⁾.

⁽³²⁾ A. Fuschini, *ob. cit.*, pp. 127-136.

⁽³³⁾ *Idem, ibidem*, pp. 347-349.

⁽³⁴⁾ *Idem, ibidem*, pp. 349-351.

⁽³⁵⁾ B. Teles, *Do Ultimatum ao 31 de Janeiro. Esboço d'história política*, Porto, Edição do autor, 1905, pp. 208-211.

Durante a Regeneração, especialmente durante a década de 80, o mal ter-se-ia agravado, devido à proliferação do nepotismo e do favoritismo e à formação de verdadeiras tribos de privilegiados e ao tráfico de influências, especialmente em período eleitoral ⁽³⁶⁾.

Mas, como foi possível chegar até este ponto? Fuschini responde: porque a educação popular estagnou durante a época correspondente ao rotativismo (o que se poderia esperar de um país com 80% de analfabetos?); porque não existia preparação cívica, pois nem a família nem a escola a facultavam (o que se poderia esperar de uma sociedade cuja população politizada não ultrapassava as 100000 pessoas num total de cinco milhões de habitantes?); porque havia grandes dificuldades em concretizar um direito básico do constitucionalismo, o direito de reunião (o que se poderia esperar de um sistema político em que os comícios eram raros e caracterizados pela falta de espontaneidade?). Se assim era, não admira que a sociedade portuguesa parecesse um bando de escravos, indiferentes, inertes, semi-nus ⁽³⁷⁾.

A crise financeira que chega a Portugal em Abril-Maio de 1891 vem trazer à superfície todas as distorções e deformações antes detectadas no corpo social português, exacerbando muitos dos problemas que permaneciam sem resposta.

Nos finais de 1890, aquando do colapso da casa Baring Brothers, o câmbio de Lisboa sobre Londres desce abaixo do limite de segurança, isto é, 53 (1000 réis valiam 53 *pence*), índice bastante próximo da situação de paridade (53 1/3, o que corresponde ao valor teórico de 4500 réis por cada libra). Trata-se, contudo, de uma descida ainda pouco significativa ⁽³⁸⁾. Em Julho-Agosto de 1891 dar-se-à a explosão, com a progressiva valorização da libra, que era transaccionada com "prémios" cada vez mais elevados ⁽³⁹⁾.

⁽³⁶⁾ A. Fuschini, *ob. cit.*, pp. 142-143.

⁽³⁷⁾ *Idem, ibidem*, pp. 324-334.

⁽³⁸⁾ *Idem, ibidem*, p. 97.

⁽³⁹⁾ *Idem, ibidem*, p. 103.

Com a rarefacção do ouro, logo nos princípios da crise, o governo, por decreto de 7 de Maio, autoriza a cunhagem de moedas de prata, até à quantia de 2000 contos, ao mesmo tempo que confere autorização ao Banco de Portugal para trocar as suas notas representativas de ouro por moedas de prata, por um período de 60 dias. Declarava-se assim a inconvertibilidade das notas, reiterada pelo decreto de 9 de Julho desse ano (1891), que a impôs por tempo indefinido. Este acto punha a descoberto a crise monetária e a falta de recursos do Tesouro Público.

As primeiras medidas são tomadas numa altura (fins de Abril - princípios de Maio) em que se exasperavam lá fora grandes conflitos laborais, especialmente nos sectores mineiro e metalúrgico, e em países tão diferentes como os Estados Unidos, a Inglaterra, a Alemanha, a Bélgica, a Itália e a Espanha ⁽⁴¹⁾.

Rapidamente se acelera a circulação fiduciária que, antes do início da crise, era relativamente escassa (8000 a 10 000 contos), e se aproxima dos 35 000 contos no fim do ano de 1891, atingindo à volta de 69 000 contos nos finais de 1898 ⁽⁴²⁾.

Apesar da importação maciça de ouro nos anos anteriores (em especial em 1889), a proporção entre as reservas metálicas e a moeda em circulação desceu de 33,3% (em Maio de 1891) para 7,8% (no fim daquele ano).

Já em Maio se notava a dificuldade em obter moeda divisionária (de trocos), pois o ouro desaparecera e a prata circulava com dificuldade, afectando especialmente o pequeno comércio e a pequena indústria. Também em Maio se havia feito sentir a primeira corrida aos bancos, com o Banco de Portugal e o Montepio Geral a desembolsarem entre 100 e 200 contos por dia. A segunda corrida * ⁹

⁽⁴⁰⁾ *Idem, ibidem*, p. 109.

⁽⁴¹⁾ Sobre as manifestações operárias de 1 de Maio de 1891, vide *O Conimbricense*, n.º4557,5 de Maio de 1891 ; acerca da agitação laboral nos dias seguintes, vide o n.º4558, 9 de Maio de 1891, p. 3.

⁽⁴²⁾ A. Fuschini, *ob. cit.*, pp. 230-234.

terá lugar em Julho, quando a crise se agudiza: entre 8 e 17, a sede do Banco de Portugal em Lisboa distribuiu prata no valor de 1786 contos em troca de notas.

Depois das primeiras manifestações de pânico, o público foi-se habituando às notas. Se não houve transtornos graves, nem reacções colectivas mais violentas à declaração da inconvertibilidade, e se as notas foram aceites nos pontos mais recônditos do país, isso deveu-se à "ignorância" popular (na opinião de Fuschini) ⁽⁴³⁾ ou ao seu "bom senso" (segundo Teixeira Bastos).

As dificuldades rapidamente se estenderam à estrutura económica. Este facto era já visível nas primeiras semanas de Dezembro de 1890, conforme reconhecia um jornal de Coimbra: "Quase todas as nações da Europa estão passando por uma grave crise, tanto nas finanças, como na indústria, agricultura e comércio" O. O aumento do número de falências era notório nos Estados Unidos.

A rarefacção da moeda e a diminuição do consumo provocaram o encerramento de alguns estabelecimentos industriais. O primeiro reflexo negativo da crise sobre a indústria portuguesa parece ter-se verificado precisamente nos finais daquele ano, em Silves: as fábricas que produziam rolhas "foram gradualmente suspendendo o trabalho, até que por fim despediram de todo os operários". A situação era explicada pela paragem da exportação daquele produto para a América do Norte e para a Inglaterra ⁽⁴⁵⁾.

A falta de trabalho era já manifesta em Maio, quer em Lisboa (onde o sector mais atingido foi o da construção civil), quer no Porto (onde começou por afectar a chapelaria) O. Em Castanheira de Pera, nos fins desse mês, a administração da fábrica de lanifícios

⁽⁴³⁾ *Idem, ibidem*, p. 107.

⁽⁴⁴⁾ *O Conimbricense*-, n.º4571, 16 de Dezembro de 1890, p. 1.

⁽⁴⁵⁾ Cf. nota anterior.

⁽⁴⁶⁾ *O Conimbricense*, n.º4558, 9 de Maio de 1891, p. 1.

reduzia os salários do pessoal em 20% e, pouco depois, reduzia a semana de trabalho para três dias, a fim de evitar a cessação total (47). Em Setembro, a situação da indústria tipográfica e artes correlativas no Porto era deplorável.

O comércio, especialmente o pequeno, também foi duramente atingido. Só em Lisboa, terão fechado, durante o ano de 1892, cerca de 400 estabelecimentos comerciais, devido à insuficiência das transacções, mesmo em algumas ruas da Baixa e do Chiado (48). O volume das acções comerciais julgadas nos Tribunais do Comércio de Lisboa e do Porto cresceu 29% durante o período de 1890 a 1895, comparativamente com o quadriénio anterior, atingindo o seu valor máximo no ano judicial de 1891 -1892 (1005 processos distribuídos). Além das dificuldades ligadas com a circulação monetária e com a diminuição do consumo, o comércio lisboeta ressentiu-se do aumento da mobilidade geográfica, que fez sair de Lisboa a população advéncia constituída por capitalistas brasileiros e por operários que o surto da construção civil fizera afluir à capital.

A manifestação mais "dolorosa e intensiva" da crise era a miséria pública, afirmou Teixeira Bastos. Os sintomas eram mais visíveis em relação às camadas inferiores da sociedade, que viviam do seu trabalho quotidiano e de salários insuficientes.

Além da escassez de trabalho, há que ter em conta a elevação dos preços dos géneros de primeira necessidade. O índice geral dos preços por grosso sofreu um acréscimo de cerca de 17% no período de 1890 a 1894, em relação ao quinquénio anterior, mas é de crer que a carestia dos géneros vendidos a retalho tenha sido maior, nomeadamente em Lisboa, onde podem ter aumentado 25% ou mais. A capital portuguesa era então, provavelmente, a cidade mais cara da Europa, no que se refere a alguns géneros essenciais (carne de vaca, pão, batata, lacticínios, azeite, petróleo, carvão e gás) (49).

c7) *Ibidem*, n.º 4564,30 de Maio de 1891, p. 2; e n.º4567,9 de Junho de 1891, p. 3.

(48) Teixeira Bastos, *ob. cit.*, p. 363.

(49) *dem, ibidem*, pp. 344-345.

Com a tributação de alguns produtos até aí isentos, não admira que tenha havido uma progressiva diminuição do consumo, já penalizado pela falta de trabalho e pela pauperização. Assim se compreende a quebra do consumo de vinho e de carnes (a capitação anual, neste último caso, passa de 41,6 Kg., em 1889, para 34,3, cinco anos depois).

A deficiente alimentação das classes pobres de Lisboa, associada às péssimas condições higiénicas de muitas habitações, originou um aumento da taxa de mortalidade, em especial em 1890 e 1891. O tifo e a tuberculose (responsável por um em cada cinco óbitos) são os agentes de extermínio mais eficazes.

Também nas zonas rurais a carestia dos géneros terá sido um facto. Basilio Teles não hesitou em afirmar que "a vida piorou nos campos desde 1891". As custas deste descalabro terão recaído especialmente sobre a pequena e a média burguesias rurais, uma vez que os grandes proprietários, politicamente influentes, dispunham de amplos recursos individuais e colectivos para atenuarem os efeitos perturbadores da crise. Acima de todos, terão sido mais atingidos os proprietários modestos, especialmente os do Norte, cumulativamente vítimas de políticos, de burocratas e de financeiros.

Ao mesmo tempo, cresce a vaga emigratoria, fenómeno que Teixeira Bastos considera como "concomitante das crises de miséria e de fome" ⁽⁵⁰⁾, e cujo fluxo ascendente se acelera a partir de 1888. Em 1895, atingirá o seu volume máximo secular, com a saída provável de perto de 50 000 pessoas.

Em conclusão. A última década do século XIX foi um período crucial na evolução da sociedade portuguesa contemporânea. Abriu com a tentativa de insurreição republicana no Porto, movimento que pretendia ser patriótico e revitalizador. Seguiu-se, alguns meses depois, uma intensa crise monetária e financeira, com evidentes reflexos sobre a vida económica do país. A produção industrial parece ter sofrido uma desaceleração, se é que não regrediu mesmo.

⁽⁵⁰⁾ *Idem, ibidem*, p. 368.

Jaime Reis afirma que só por volta de 1897 são suplantados os índices de 1890. As investigações sobre o distrito de Coimbra parecem apontar também no sentido de um decréscimo da actividade industrial durante os últimos dez anos do século passado. É mais do que provável que o crescimento da actividade bancária tenha sido negativo, entre 1890 e 1900. O Produto Nacional Bruto, calculado por David Justino, de vez ter tido uma variação nula entre aquelas datas, ou melhor, a variação negativa de 1,5%, durante os anos de 1890-1895, foi compensada pela variação positiva da mesma ordem, durante o quinquénio seguinte^(M). É defensável o ponto de vista de que a conjuntura só se terá invertido em 1898, precisamente o ano em que cessa a desvalorização cambial da moeda portuguesa em confronto com a libra⁽⁵²⁾.

No plano institucional, tentou-se mudar de rumo e encetar vida nova. As experiências extra-partidárias, dando a prioridade às momentosas questões financeiras e monetárias, descuraram os grandes problemas políticos e sociais, não resolvendo nem uns nem as outras. As coisas continuaram a ser como eram antes. Nem sequer as tendências (e as tentações) autoritárias, reclamassem-se elas ou não dos princípios do *cesarismo*, conseguiram ter vida muita longa.

Afinal, Teixeira Bastos e Augusto Fuschini estavam de acordo, pese embora a sua diferente filiação político-ideológica. O primeiro previa que a profunda crise do fim do século traria consigo

⁽⁵¹⁾ David Justino, *A Formação do Espaço Económico Nacional. Portugal, 1810-1913*, vol. II, Lisboa, Vega, 1989, pp. 101 e sgs. Acerca da problemática do crescimento industrial na década de 90, vide Jaime Reis, "A industrialização num país de desenvolvimento lento e tardio: Portugal, 1810-1913", *Análise Social*, vol. XXIII, n.º 96, 1987, pp. 207-227; José Maria Amado Mendes, *A área económica de Coimbra. Estrutura e desenvolvimento industrial. 1867-1927*, Coimbra, Comissão de Coordenação da Região Centro, 1984, pp. 304-305; e Rui de Ascensão Ferreira Cascão, *Permanência e mudança em duas comunidades do litoral. Figueira da Foz e Buarcos entre 1861 e 1910*, vol. I, Coimbra, Faculdade de Letras, 1989, p. 386.

⁽⁵²⁾ B. Teles, *A carestia da vida...*, p. 304.

o triunfo do regime republicano. O segundo, depois de repudiar o *cesarismo* e o militarismo, que outros propunham como solução para os males do país; depois de desistir (tanto quanto parece) do projecto de construção de uma "monarquia democrática", que defendera alguns anos atrás; acaba por profetizar que qualquer futura solução não poderia ser encontrada "fora do regime republicano". O decurso do tempo haveria de dar razão a ambos...

Rui CASÇÃO